

ler-se «ouvido o conselho científico da Faculdade de Medicina de Lisboa».

9 de Fevereiro de 2006. — O Presidente do Conselho Directivo, *Duarte Nuno Vieira*.

MINISTÉRIO DO AMBIENTE, DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo

Aviso n.º 2318/2006 (2.ª série). — Por despacho de 31 de Janeiro de 2006 da presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo:

Joaquim Martinho Pereira Aranha, assessor principal do quadro de pessoal da ex-Comissão de Coordenação da Região do Alentejo — autorizado a exercer actividade privada.

6 de Fevereiro de 2006. — O Vice-Presidente, *António Viana Afonso*.

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo

Despacho (extracto) n.º 4231/2006 (2.ª série). — Por despacho de 31 de Janeiro de 2006 do vice-presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo:

Eduardo Sousa Costa, técnico superior principal do quadro de pessoal da ex-Direcção Regional do Ambiente e Recursos Naturais de Lisboa e Vale do Tejo, do Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional — nomeado definitivamente na categoria de assessor principal, com efeitos a 11 de Outubro de 2005, ficando posicionado no escalão 1, índice 710, nos termos dos n.ºs 2, 4 e 5 do artigo 29.º e do artigo 30.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com as alterações introduzidas pelo artigo 2.º da Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, conjugado com a alínea *a*) do n.º 1 e o n.º 3 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro, e pela Lei n.º 44/99, de 11 de Junho. (Isento de fiscalização prévia.)

17 de Janeiro de 2006. — A Directora de Serviços, *Maria Rosa Fradinho*.

Despacho (extracto) n.º 4232/2006 (2.ª série). — Por despacho de 31 de Janeiro de 2006 do vice-presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo:

António João Presumido Folgado, motorista de ligeiros, escalão 5, índice 189, do quadro de pessoal da Direcção-Geral dos Transportes Terrestres e Fluviais, do Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações — autorizada a transferência para o quadro de pessoal da ex-Comissão de Coordenação da Região de Lisboa e Vale do Tejo, com a categoria de motorista de ligeiros, ficando exonerado do lugar de origem com efeitos a 1 de Fevereiro de 2006. (Isento de fiscalização prévia.)

31 de Janeiro de 2006. — Pela Directora de Serviços, a Chefe de Divisão, *Sónia Pacheco*.

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte

Aviso n.º 2319/2006 (2.ª série). — Por despachos da governadora civil do Porto e do vice-presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte, respectivamente, de 20 de Dezembro de 2005 e 3 de Janeiro de 2006:

Zélia Maria da Fonseca Conrado Dias Cardoso, assistente administrativa especialista do quadro privativo do Governo Civil do Porto — autorizada a transferência para o quadro privativo da ex-Comissão de Coordenação da Região do Norte, com efeitos desde 1 de Fevereiro de 2006. Assinou termo de aceitação de nomea-

ção na mesma data. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

6 de Fevereiro de 2006. — A Chefe da Divisão de Organização e Recursos Humanos, *Paula Freitas*.

Aviso n.º 2320/2006 (2.ª série). — Por despacho de 3 de Fevereiro de 2006 do vice-presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte:

Maria Teresa de Almeida Pupo Correia Salgado Lameiras e José António Moreira Lima, técnica superior principal de biblioteca e desenhador principal do quadro privativo da ex-Comissão de Coordenação da Região do Norte — nomeados assessora e desenhador especialista do mesmo quadro, com efeitos, respectivamente, desde 27 e 13 de Maio de 2005.

Etelvina Jesus da Costa Avelino, Luís Dias de Barros Dias e António Bezerra da Silva, técnica especialista, a primeira, técnicos profissionais de 1.ª classe, os seguintes, todos do quadro de pessoal da ex-Direcção Regional do Ambiente e Recursos Naturais do Norte — nomeados, respectivamente, técnica especialista principal e técnicos profissionais principais, com efeitos desde 13, 17 e 27 de Maio de 2005.

(Não carecem de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

8 de Fevereiro de 2006. — A Chefe da Divisão de Organização e Recursos Humanos, *Paula Freitas*.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA E DA INOVAÇÃO

Direcção-Geral do Turismo

Aviso n.º 2321/2006 (2.ª série). — 1 — Por despacho da direcção-geral do Turismo de 21 de Novembro de 2005 e ao abrigo do artigo 28.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, faz-se público que, pelo prazo de 10 dias úteis contado a partir da data da publicação do presente aviso, se encontra aberto concurso interno de acesso misto para o preenchimento de quatro lugares na categoria de assessor principal da carreira técnica superior do quadro de pessoal da Direcção-Geral do Turismo, adiante designada por DGT, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 155/88, de 29 de Abril, com as alterações introduzidas pelo Decreto Regulamentar n.º 28/88, de 30 de Julho, sendo fixada a quota de três lugares para funcionários pertencentes à DGT e a de um lugar para funcionários vinculados a outro quadro de pessoal da Administração Pública.

1.1 — O presente aviso será registado na bolsa de emprego público (BEP) no prazo de dois dias úteis após a publicação no *Diário da República*, nos termos do Decreto-Lei n.º 78/2003, de 23 de Abril.

2 — Menção a que se refere o despacho conjunto n.º 373/2000, de 1 de Março, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 77, de 31 de Março de 2000 — «Em cumprimento da alínea *h*) do artigo 9.º da Constituição, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove activamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.»

3 — O presente concurso rege-se pelos Decretos-Leis n.ºs 204/98, de 11 de Julho, 404-A/98, de 18 de Dezembro, e 353-A/89, de 16 de Outubro, e pelo Código do Procedimento Administrativo.

4 — Prazo de validade — o concurso visa o provimento dos lugares postos a concurso, caducando com o seu preenchimento.

5 — Área funcional — as áreas funcionais de recrutamento para as quotas destinadas a funcionários pertencentes à DGT são as relações internacionais, o planeamento e a análise de projectos, em matéria de ordenamento do território e urbanismo, de acordo com o quadro anexo ao Decreto-Lei n.º 155/88, de 29 de Abril.

5.1 — Para o preenchimento da quota destinada a funcionários que não pertençam ao quadro de pessoal da DGT, a área funcional de recrutamento é a de relações internacionais, nos termos do mesmo quadro anexo ao diploma referido no número anterior, devendo os candidatos possuir, preferencialmente, licenciatura em Direito, com experiência profissional em direito internacional público, em geral, e direito comunitário, em particular.

6 — Local de trabalho — o local de trabalho situa-se nas instalações da DGT em Lisboa, sem prejuízo das deslocações em serviço que devam ser efectuadas por todo o território continental.

7 — Vencimento — a remuneração é a correspondente ao escalão aplicável da respectiva categoria, constante do anexo ao Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro.